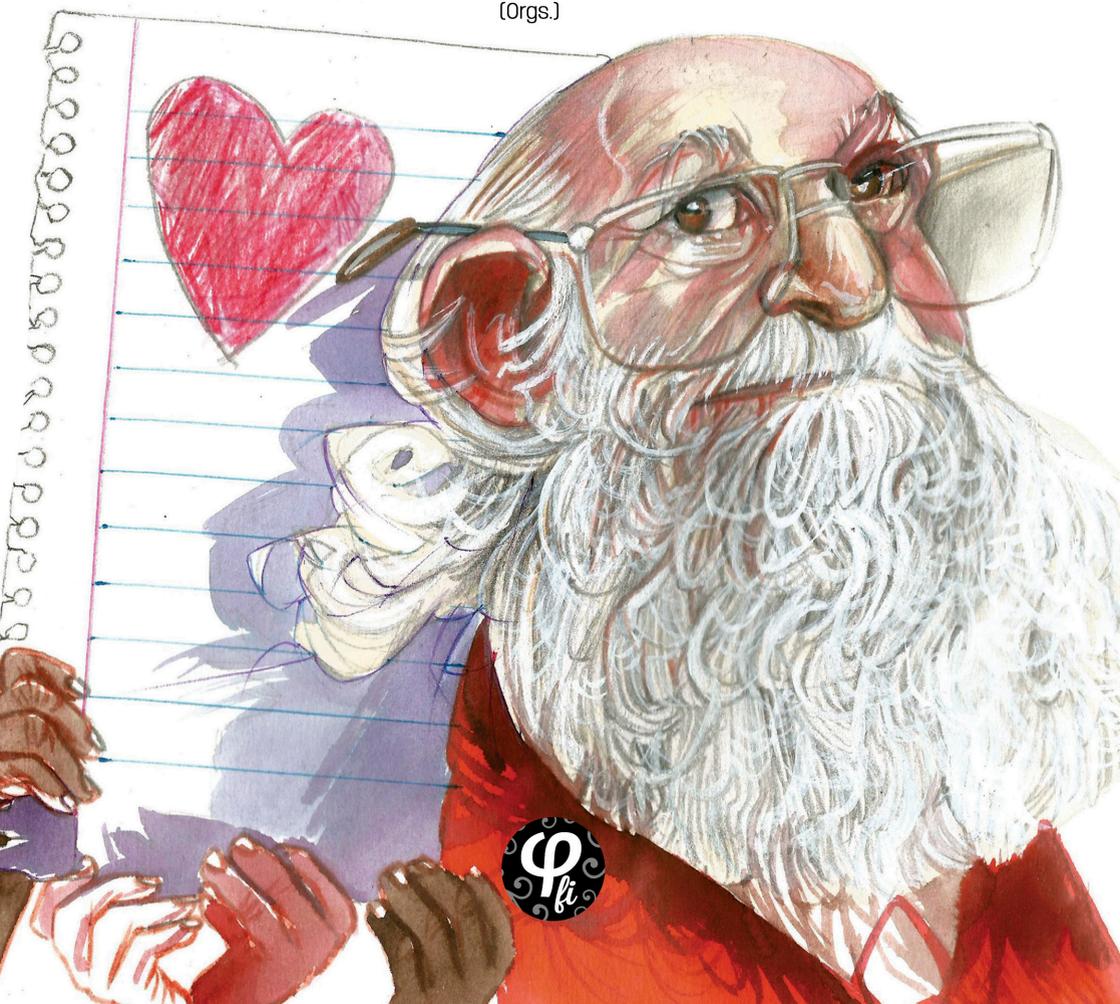


Do lado esquerdo do peito,

# Paulo Freire

Presente!

Marco Mello  
Caroline Pacievitch  
Marcus Vianna  
(Orgs.)



# Do lado esquerdo do peito, Paulo Freire: Presente!

Organizadores  
**Marco Mello**  
**Caroline Pacievitch**  
**Marcus Vianna**



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.conceptualeditora.com/>

**Arte de Capa:** Alisson Affonso - Bacharel em Artes Visuais (FURG), cartunista e ilustrador.

<https://www.instagram.com/affonso.alisson/?hl=pt-br>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

MELLO, Marco; PACIEVITCH, Caroline; VIANNA, Marcus (Orgs.)

Do lado esquerdo do peito, Paulo Freire: Presente! [recurso eletrônico] / Marco Mello; Caroline Pacievitch; Marcus Vianna (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, ATEMPA, 2021.

235 p.

ISBN - 978-65-5917-295-5

DOI - 10.22350/9786559172955

ISBN - 978-65-996311-0-8 (ATEMPA)

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Paulo Freire; 2. Ensino de História; 3. Educação Popular; 4. Associativismo; 5. Sindicalismo Docente; I. Título.

CDD: 370

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação 370

## **Avanço conservador na educação: uma análise a partir do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares <sup>1</sup>**

*Graziella Souza dos Santos<sup>2</sup>  
Iana Gomes de Lima<sup>3</sup>  
Arthur Grigolo dos Santos<sup>4</sup>*

### **Introdução**

Tendo em vista a intensificação de políticas conservadoras no âmbito educacional, neste trabalho, tem-se como objetivo analisar o avanço da militarização das escolas, por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), identificando alguns atores que têm atuado na defesa desta pauta. Para tanto, inicialmente, aponta-se que há, no Brasil – assim como em outras partes do mundo – um avanço de políticas conservadoras, conforme destacado por algumas pesquisas (LIMA; HYPOLITO, 2019; CORSETTI, 2019; LACERDA, 2019). Primeiro, apresentam-se as lentes teóricas desenvolvidas por Michael Apple (2003) para analisar o avanço conservador estadunidense na década de 1980, compreendendo que elas auxiliam na caracterização de grupos conservadores no atual cenário brasileiro. Na sequência, descreve-se o PECIM, bem como seus pressupostos, relacionando tal programa a características de agendas conservadoras. Por fim, identificam-se alguns atores que têm defendido a militarização das escolas e algumas de suas pautas.

---

<sup>1</sup> As discussões aqui sintetizadas são provenientes de projeto de pesquisa em andamento intitulado “A Aliança Conservadora, o Estado e as Políticas Educacionais no Brasil: um mapeamento de atores e ações conservadoras”, financiado pelo CNPq.

<sup>2</sup> Prof<sup>a</sup> do Centro de Ciências da Educação da UFSC. E-mail: graziella.santos@ufsc.br

<sup>3</sup> Prof<sup>a</sup> adjunta da Faculdade de Educação da UFRGS. E-mail: ianagomesdelima@gmail.com

<sup>4</sup> Acadêmico do curso de Licenciatura em Educação Física e bolsista do projeto de pesquisa. E-mail: arthurgdsantos@gmail.com

Como procedimentos metodológicos, fez-se uso da etnografia de redes, que consiste em “um mapeamento da forma e do conteúdo das relações políticas em um campo particular” (BALL, 2014, p. 28). O autor destaca que a etnografia de redes está relacionada a “mudanças epistemológicas e ontológicas em toda a ciência política, sociologia e geografia social que envolvem uma diminuição do interesse em estruturas sociais, e uma crescente ênfase sobre fluxos e mobilidade”. Assim, esta metodologia faz uso de novas formas de comunicação virtual e digital, o que “oferece um acesso mais amplo e mais rico para o ‘social’ em redes sociais do que o caso de usar apenas dados terrestres” (BALL, 2014, p. 28). Nessa perspectiva, realizou-se um levantamento por meio de páginas e noticiários na internet, com o intuito de mapear os atores que defendem a pauta da militarização das escolas públicas. Após a identificação dos atores, os dados relativos às pautas, copiladas por meio da internet, foram organizados em diferentes tabelas visando melhor identificá-las. Para dar conta do objetivo de mapear os principais pontos que compõem a pauta educacional, se fez uso da análise temática (BRAUN; CLARKE, 2006).

### **O avanço do conservadorismo na educação brasileira: o exemplo da militarização das escolas**

Nos últimos anos, vive-se, no Brasil, uma expansão de pautas e políticas com cunho conservador, o que pode ser percebido por meio da defesa da educação domiciliar; da acusação de que os/as docentes são doutrinadores/as; da ideia de que existe uma “ideologia de gênero” etc. Dentre tais pautas, uma que vem se tornando bastante central, especialmente com a chegada de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República, é a de militarizar as escolas.

Entende-se, neste trabalho, que a militarização das escolas abarca uma série de agendas de distintos grupos conservadores, não só em

termos morais, mas, também, econômicos. Assim, faz-se uso do conceito de aliança conservadora como forma de complexificar esta análise. Aliança conservadora é um conceito usado por Apple (2003) para tratar da combinação (não sem suas contradições) de diferentes grupos que compõem a Nova Direita (neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e nova classe média profissional) e que tem trazido à cena pressupostos e projetos conservadores em várias áreas, dentre elas, a educação. A Nova Direita constitui uma aliança realizada, principalmente, entre neoconservadores e neoliberalis, central para o desmantelamento do Estado de Bem-estar e para a criação de uma nova forma de administrar o Estado quando da crise de 1970 nos países centrais ao capitalismo. Dentre os grupos trazidos por Apple (2003), como aqueles que compõem esta aliança conservadora, destacam-se, para este trabalho, os neoliberalis e neoconservadores.

Para Apple (2003), os neoliberalis defendem a concepção de que tudo que é público é ruim e de que tudo que é privado é bom – o que fará muito sentido na análise da proposta de escolas militarizadas. Assim, as escolas públicas, para este grupo, representam problemas sociais, tendo em vista que se injeta dinheiro público nestas instituições, mas elas não dão retorno em termos de resultados eficientes. Neoliberalis, portanto, possuem uma racionalidade econômica (APPLE, 2003), que defende ser a mais potente forma de pensar, ver e agir sobre o mundo. De acordo com o autor, alunos/as passam a ser vistos, nesta perspectiva, como capital humano: em um mundo entendido como extremamente competitivo, discentes devem ter as ferramentas necessárias para competir eficiente e efetivamente, tendo em vista que serão futuros trabalhadores. Na visão neoliberal, portanto, é necessário haver um estreitamento de laços entre economia e educação, o que se dá por meio de distintas políticas, como é o caso de currículos que preparam os/as estudantes para o mundo do trabalho; das

parcerias público-privadas; dos ataques a um “Estado inchado”, que gastaria de forma ineficaz com a educação etc.

Neoconservadores, por sua vez, baseiam-se “numa visão romântica do passado, um passado em que o ‘verdadeiro saber’ e a moralidade reinavam supremos, onde as pessoas ‘conheciam o seu lugar’ e em que as comunidades estáveis, guiadas por uma ordem natural, protegiam-nos dos estragos da sociedade” (APPLE, 2003, p. 57). Apple (2003) cita algumas políticas que são propostas por este grupo nos Estados Unidos: currículos obrigatórios, avaliações nacionais, um retorno a uma “tradição ocidental”, patriotismo e perspectivas conservadoras da educação do caráter. Ademais, os neoconservadores realizam ataques ao multiculturalismo, entendendo o “outro” como um perigo para os “valores tradicionais” (APPLE, 2003). Apple (2003) ainda destaca que uma das exigências dos neoconservadores tem sido um Estado cada vez mais forte no sentido de regular a ação dos professores, passando de uma “[...] ‘autonomia permitida’ para uma ‘autonomia regulamentada’ à medida que o trabalho dos professores torna-se extremamente padronizado, racionalizado e ‘policidado’” (APPLE, 2003, p. 62).

O processo de militarização da educação se insere na agenda da Nova Direita vinculando-se a pautas, especialmente, dos neoliberais e dos neoconservadores. Examinar as relações com esses grupos é importante, pois ajuda a compreender a grande aderência que o projeto de militarização vai ganhando, na esteira do avanço da atuação política e econômica desses grupos.

No espectro da agenda neoliberal, a ideia de militarização se sustenta no reiterado discurso da ineficiência da gestão pública, na necessidade de otimização dos gastos e de melhora no desempenho dos alunos nos testes padronizados. Além disso, o projeto de militarização também deve ser

compreendido como mais uma forma de transferência da gestão das escolas para outras organizações. Essas parcerias vêm crescendo no âmbito da educação em colaboração com o terceiro setor, empresas, e até mesmo com instâncias militares, que passam a compartilhar funções administrativas, financeiras e pedagógicas.

Já na esteira do que apregoam grupos conservadores, o processo de militarização se apresenta como uma alternativa potente para a retomada da tradição, da moral, da autoridade, do patriotismo, que, na ótica conservadora, foram perdidas no caos que é a escola pública, dada sua afeição e abertura à diversidade, associadas à ineficiência e falta de controle dos professores que lá atuam. Os índices de violência intra e extra-escolar reforçam os argumentos conservadores, que acreditam ser a militarização da escola uma importante e eficaz estratégia que a um só tempo produz maior segurança e, conseqüentemente, favorece à aprendizagem dos estudantes. Essas questões comumente se encontram com diversos anseios e preocupações das famílias e comunidades escolares que acabam, muitas vezes, endossando essa proposta. Assim, é possível verificar articulações e fusões diversas das matrizes neoliberal e neoconservadora no projeto de militarização (MARTINS, 2019).

É importante que se diga que, embora o debate sobre a militarização da educação no Brasil tenha ganhado força mais recentemente, este processo já vem ocorrendo, com formatos, em diferentes estados brasileiros, há mais de uma década. De acordo com o documento “Compromisso Nacional pela Educação Básica”, elaborado pelo MEC em parceria com a UNDIME e CONSED, há, no Brasil, 203 escolas militarizadas, distribuídas em 23 estados e no Distrito Federal. Por isso, conforme Santos et al. (2019, p. 583) “é preciso ter em mente que, apesar da vinculação à ideologia militar, não estamos falando de um único modelo ou forma de militarização”.

Por essa razão também é comum haver muitas dúvidas e confusões envolvendo a forma de organização dessas escolas. Além de compreender que há diferentes formatos de escolas militarizadas em curso, outro importante esclarecimento a ser feito é sobre a diferença entre *escolas militares* e *escolas militarizadas*.

As *escolas militares* são as escolas das corporações, como Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. Essas estão vinculadas a órgãos como as Forças Armadas e as Secretarias de Segurança e não a Secretarias de Educação (SANTOS et al., 2019). Elas têm como objetivo central o atendimento dos dependentes dos militares e o incentivo para a futura formação de seus quadros profissionais; e a forma de sua organização e financiamento são definidos pelos órgãos aos quais se vinculam.

Já as *escolas militarizadas* tratam-se de escolas públicas, das redes estaduais ou municipais, vinculadas às secretarias de educação que, por meio de conveniamento com as forças armadas, as polícias militares e corpo de bombeiros, passam a compartilhar a gestão das mesmas com esses quadros e a contar com a presença de militares no cotidiano escolar. Apesar da parceria com as secretarias de segurança, as escolas militarizadas não passam a pertencer a essas corporações, e tampouco recebem financiamentos oriundos dessas pastas.

Santos et al (2019) e Alves e Toschi (2019) afirmam que, ainda que o processo de militarização já estivesse em curso em muitos estados, é a partir da eleição de Jair Bolsonaro que este processo ganha outro *status*, “uma vez que, de experiência isolada em alguns estados, passa a ser apresentado como política a ser adotada em todo o país”. (ALVES; TOSCHI, 2019, p. 634). Isso ocorre por meio da criação do Programa das Escolas Cívico-Militares (PECIM), com a promulgação do Decreto n. 10.004 de 5 de setembro de 2019, que prevê implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023. Após o decreto, quinze estados e o Distrito Federal aderiram ao

programa. Além dos estados, municípios isoladamente também poderiam manifestar seu interesse e 643 o fizeram ainda em 2019.

Em linhas gerais, o PECIM prevê a transformação de escolas públicas, escolhidas mediante um conjunto de critérios, em escolas cívico-militares. A militarização ocorre por meio da inserção de militares da reserva das forças armadas, das polícias militares ou do corpo de bombeiros no cotidiano escolar. Os militares passam a atuar em duas frentes ao menos: a) no compartilhamento da gestão da escola com a direção escolar e conselhos escolares, que passa a ser dividida em três eixos (Gestão de Processos Administrativos, Gestão de Processos Educacionais e Gestão de Processos Didático-Pedagógicos); e b) na supervisão e monitoria do cotidiano escolar realizando o controle da disciplina e promoção de práticas alusivas às rotinas militares.

Tão importante quanto analisar o programa e o projeto educacional em curso na esteira dos avanços de políticas conservadoras, é identificar os atores, as organizações e as principais forças que mobilizam e tornam possível o avanço desse projeto. A partir deste ponto, nos dedicamos a apresentar brevemente alguns desses principais atores.

### **Principais atores da agenda da militarização no Brasil**

Em relação a outras pautas conservadoras, como a Educação Domiciliar e o movimento Escola sem Partido, por exemplo, que ainda disputam espaço e validade no cenário político e constitucional, a militarização da educação pode ser considerada como uma pauta consolidada no cenário Brasileiro. Isso ocorre porque, além de contar com iniciativas já em curso em alguns estados há mais de uma década, atualmente constitui-se de uma política nacional, uma vez que o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares é o maior projeto do governo Bolsonaro no que diz respeito à educação.

No estudo que vimos desenvolvendo, buscamos mapear os principais atores que promovem, articulam e atuam em favor da agenda conservadora no Brasil no âmbito da educação. Com relação à militarização, nota-se na rede dessa agenda uma forte presença de políticos partidários, ou seja, sujeitos que ocupam cargos eletivos no poder legislativo, representando 75% dos atores, seguidos de 15% de atores representantes de órgãos governamentais, ou seja, figuras que ocupam posições em cargos e pastas do poder executivo. Nessa perspectiva, 90% dos atores presentes na rede da militarização da educação pertencem aos poderes executivo e legislativo, o que reforça a ideia de que a agenda, diferentemente de outras, não está em um campo de disputa, onde precisa-se do auxílio de veículos midiáticos, influenciadores e outras instituições para angariar apoio da população. Destaca-se brevemente a seguir os principais interlocutores e promotores dessa pauta no Brasil.

Do levantamento realizado até o momento (2021), além do presidente da república, em nível nacional, destacam-se três importantes atores que agem e agiram fortemente em favor da agenda da militarização: Jânio Macedo, secretário de educação básica; Abraham Weintraub, ex-ministro da educação; e Aroldo Ribeiro Cursino, subsecretário de políticas para as escolas cívico-militares. Entende-se que a identificação destes sujeitos é importante porque: a) pode-se compreender de que lugar cada sujeito fala, o que proporciona um melhor entendimento da agenda e de sua relação com as pautas conservadoras; e b) porque são os atores, em nível nacional e regional, que efetivamente concretizam o avanço da militarização das escolas. Na sequência, faz-se uma breve apresentação destes atores.

Funcionário aposentado do Banco do Brasil, onde exerceu vários cargos executivos, Jânio Macedo, secretário de educação básica do governo Bolsonaro, justifica o PECIM afirmando que as escolas militares têm um desempenho superior no índice de desenvolvimento da educação básica

(IDEB), além de menores taxas de evasão e de reprovação, e que por essa razão o modelo deve priorizar regiões de vulnerabilidade social e com notas baixas no IDEB (KOCHHANN, 2019). Macedo, durante apresentação do programa, afirmou que: “não é militarizar o aluno, não é trazer um ensino que seja militar, mas é aproveitar os bons exemplos”, minimizando os efeitos morais e éticos da presença de militares nas instituições escolares, e justificando a implementação do programa nos resultados obtidos.

Abraham Weintraub, ex-ministro da educação que atuou no período 2019-2020, mostra-se um ator bastante importante na rede. Weintraub durante seu período à frente da pasta da educação, foi grande defensor e propagador do modelo de escolas cívico-militares, mobilizando argumentos em torno da segurança dos alunos, da disciplina, da construção do caráter, da ética, do respeito e do patriotismo, valores que supostamente estariam garantidos na proposta. Para ele, as escolas cívico-militares são claramente um retorno aos valores conservadores e um modelo a ser seguido. Não à toa, o Programa das Escolas Cívico-militares foi lançado quando Weintraub ainda liderava o Ministério da Educação, apresentando-se como grande entusiasta e interlocutor estratégico da pauta. Conforme proferiu em sua fala no lançamento do PECIM: “a escola cívico-militar é um resgate a tudo que nos trouxe até aqui, o feio continua sendo feio e o bonito continua sendo bonito, o certo é o certo e o errado é o errado”.

O subsecretário de políticas para as escolas cívico-militares, Aroldo Ribeiro Cursino, ex-comandante do colégio militar do Rio de Janeiro, é também importante articulador da proposta e costuma utilizar-se da experiência dos colégios militares que, como visto, é bastante diferente das escolas cívico-militares, para angariar apoio para a proposta. Em entrevista à Rádio Gaúcha, em julho de 2019, Cursino disse:

Nós estamos baseando o modelo da escola cívico-militar nos colégios militares do exército, polícia e bombeiro, mas a diferença é que ela continua na secretaria de educação, os professores serão professores do estado, nós não iremos influenciar no conteúdo das matérias, BNCC, toda parte pedagógica continuará seguindo como hoje está. (RÁDIO GAÚCHA, 2019).

É sempre importante lembrar que os colégios militares, onde Aroldo um dia foi diretor, desfrutam de recursos e infraestrutura as quais as escolas cívico-militares não dispõem.

Além desses atores, nota-se na rede uma presença muito forte de deputados do Partido Social Liberal (PSL) de diferentes estados, o que indica, independentemente do território, uma linha de pensamento dos mesmos compactuando em prol das escolas cívico-militares. Dentre esses deputados, pode-se citar o Major Vitor Hugo (PSL-GO), criador da frente parlamentar de apoio ao ensino militar no Brasil, e o tenente coronel Zucco (PSL-RS), importante articulador da pauta tanto no estado do Rio Grande do Sul quanto em nível nacional.

Deputado Federal pelo estado de Goiás, e filiado ao Partido Social Liberal, Major Vitor Hugo é um nome a ser observado com atenção. Na medida em que é feita uma análise mais minuciosa dos sujeitos, o nome de Vitor Hugo destaca-se por alguns fatores. Além de ser presidente da Frente Parlamentar de Apoio ao Ensino Militar no Brasil, a maior frente parlamentar dentro dessa agenda, conforme citado anteriormente, o mesmo mantém forte atividade em suas redes sociais defendendo a militarização da educação, e acumula aparições em eventos relacionados à temática, como por exemplo o 1º Simpósio Brasileiro de Escolas Cívico-Militares. E, apesar de estabelecer poucas relações dentro da rede da militarização, apenas sete, sendo uma delas a frente parlamentar em que é presidente, Vitor estabelece relações com pessoas importantes dentro da agenda, como Abraham Weintraub e Jair Bolsonaro, não necessitando de

terceiros para chegar até eles, o que lhe confere uma posição estratégica na rede da militarização da educação.

Vale ressaltar também, que ao longo do processo de pesquisa, que encontra-se ainda em andamento, novos atores podem surgir, assim como atores já presentes podem assumir um novo protagonismo ou deixar de ter relevância na pauta em questão. Isso ocorre porque a metodologia de etnografia de rede possibilita a realização de uma espécie de “fotografia” de um determinado momento. Entende-se, todavia, que esta rede auxilia na compreensão de um momento importante na trajetória desta pauta política e pode colaborar para futuros estudos que venham a complementar essa discussão.

### **Considerações finais**

Diante do exposto, fica evidente a relação da militarização das escolas com a pauta conservadora que está em expansão no Brasil. O PECIM possibilita visualizar que, por meio dos argumentos que os atores utilizam para legitimar o projeto, há distintas características que podem ser relacionadas a diferentes grupos do que Apple (2003) chama de aliança conservadora. Isso complexifica a análise, mostrando que a pauta da militarização é composta por variados elementos, especialmente, de cunho neoliberal e neoconservador.

Por meio da realização da etnografia de redes, foi possível identificar importantes atores que defendem e propagam esta pauta no Brasil. A partir de tal identificação, verificou-se que a implementação do Programa das Escolas Cívico-Militares se sustenta em três pilares: retomada de valores e disciplina dos discentes, aumento da segurança nas instituições escolares e melhor desempenho dos alunos em exames avaliativos. Estes três pilares podem ser relacionados à agenda da aliança conservadora, especialmente,

por meio de características neoconservadoras e neoliberais, conforme já destacado acima.

Pode-se compreender que o programa é fruto da conjugação de esforços de diferentes grupos e pautas e que se constitui como uma ameaça a ainda frágil construção de escola pública para todos/as, enquanto espaço de diálogo, da diversidade, do multiculturalismo, da experiência coletiva potente, de construção de um modo de vida democrático e de lutas por justiça social. Tal ameaça, como já visto acima, tem profunda relação com os discursos conservadores que entendem o “outro” como um perigo aos valores tradicionais.

## **Referências**

- ALVES, Miriam Fábila; TOSCHI, Mirza Seabra. **A militarização das escolas públicas: uma análise a partir das pesquisas da área de educação no Brasil**. RBPAAE - v. 35, n. 3, p. 633 - 647, set./dez. 2019.
- APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.
- BALL, Stephen J. **Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Compromisso Nacional pela Educação Básica**. 2019. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/educacao-e-ciencia/2019/07/mec-firma-compromisso-para-fortalecer-a-educacao-basica>. Acesso em 04/04/2020.
- BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.
- CORSETTI, Berenice. **Neoconservadorismo e Políticas Educacionais no Brasil**. Educação Unisinos, v. 23, n. 4, p. 774-784, out./dez. 2019.

KOCHHANN, Luiz Eduardo. O **plano do governo federal para inaugurar 216 escolas militares**. Disponível em: <https://desafiosdaeducacao.grupoa.com.br/pecim-escolas-militares/> Acesso em: 20 de maio de 2020.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 45, e190901, 2019.

MARTINS, André Antunes. **Sobre os dias atuais: neoconservadorismo, escolas cívicomilitares e o simulacro da gestão democrática**. **RBPAAE** - v. 35, n. 3, p. 689 - 699, set./dez. 2019.

RÁDIO GAÚCHA. 2019. Disponível em: <https://soundcloud.com/radiogaucha/subsecretario-de-pol-para-esc-civico-militares-do-min-da-educ-coronel-aroldo-cursino-12072019>. Acesso em: 30 de maio de 2020.

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábria; MOCARZE, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina. **Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário [Editorial]**. **RBPAAE** - v. 35, n. 3, p. 580 - 591, mai./ago. 2019.